O cálculo geopolítico da China na crise Israel-Irã

» ALEXANDRE COELHO
Professor de Relações Internacionais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)

A escalada militar entre Israel e Irã expôs um novo teste geopolítico para a China. O conflito, desencadeado após ataques israelenses a infraestruturas estratégicas iranianas, incluindo instalações nucleares e refinarias, seguido da imediata retaliação de Teerã, colocou Pequim sob os holofotes da diplomacia internacional. Mais do que um choque regional, o episódio reabriu o debate sobre até que ponto a China poderá atuar como mediadora confiável em uma das zonas mais instáveis do mundo.

Pequim reagiu com rapidez e retórica assertiva. Condenou publicamente a ofensiva de Israel, classificando-a como uma violação da soberania iraniana e um fator de desestabilização regional. O chanceler chinês Wang Yi manteve contatos telefônicos com os ministros das Relações Exteriores de Israel e Irã, apelando ao diálogo e oferecendo o que chamou de "papel construtivo" da China na busca por uma solução pacífica.

Embora muitos analistas apontem limitações na capacidade imediata da China como mediadora, há argumentos sólidos que sustentam o contrário. Pequim não carrega o histórico de envolvimento militar direto na região, tampouco tem laços religiosos ou ideológicos que a aproximem de um dos lados. Não é vista por Israel como um inimigo estratégico, nem pelo Irã como um ator hostil. Pelo contrário: a China tem ampliado sua presença comercial e diplomática junto dos dois países ao longo da última década.

No caso iraniano, essa relação é ainda mais profunda. A dependência de Teerã da parceria com Pequim se intensificou especialmente após a saída dos Estados Unidos do Acordo Nuclear durante o governo Trump e o subsequente fracasso das tentativas de renegociação durante as administrações seguintes. A imposição de sanções unilaterais e a pressão para que o Irã abandone, inclusive, o enriquecimento de urânio para fins pacíficos minaram, de forma estrutural, a confiança de Teerã em Washington como um interlocutor crível.

Além disso, a China possui significativa alavancagem econômica sobre o Irã, tanto como compradora de petróleo quanto como parceira tecnológica e diplomática, o que potencialmente lhe confere instrumentos de pressão e persuasão em uma futura mesa de negociação .

No entanto, os limites dessa ambição diplomática são reais. Pequim tem evitado adotar posturas que possam ameaçar suas negociações comerciais e tecnológicas com os Estados Unidos. Um alinhamento explícito com Teerã poderia expor a China a novas sanções secundárias e comprometer avanços recentes no processo de reaproximação comercial com Washington.

Do lado Israelense, a China sabe que qualquer movimento diplomático mal calibrado pode ser interpretado como hostilidade, afetando não apenas suas relações bilaterais com Tel Aviv, mas também com Washington, dada a centralidade da aliança EUA-Israel na política regional.

Adicionalmente, há a variável energética. Com cerca de 50% de suas importações de petróleo vindo do Oriente Médio, Pequim tem um interesse objetivo na preservação da estabilidade regional. Uma escalada prolongada, com impacto sobre rotas como o Estreito de Ormuz ou o Canal de Suez, representa uma ameaça direta à segurança energética chinesa.

No fundo, a crise atual reforça o dilema estrutural da política externa chinesa no Oriente Médio: como ampliar sua projeção diplomática em uma região historicamente dominada pelos Estados Unidos, sem colocar em risco seus interesses econômicos e sem assumir o ônus político e estratégico que acompanha o papel de mediador genuíno.

Por ora, a postura de "neutralidade ativa" adotada por Pequim oferece margem de manobra, mas ainda não garante eficácia real como árbitro. Contudo, diante da crescente desconfiança de Teerã em relação aos Estados Unidos e da ausência de outros mediadores aceitáveis para ambas as partes, Pequim pode emergir, ainda que a contragosto, como uma potência mediadora viável a depender do desenrolar dos próximos acontecimentos.

O mundo em 78 rotações e o Brasil em slow motion

» LUIZ CÉSIO CAETANO
Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)]

Meses atrás, já se vislumbrava que tínhamos pela frente um cenário externo extremamente desafiador a partir de 2024. Entre as questões que impactavam o mercado internacional e, por extensão, os negócios, havia tensão crescente no Oriente Médio, o conflito entre Rússia e Ucrânia e a guerra comercial entre Estados Unidos e China. Também havia a proximidade das eleições norte-americanas e as incertezas sobre as políticas econômicas que seriam adotadas.

Infelizmente, a única certeza que temos hoje é de que a incerteza é o novo normal. Do ponto de vista econômico, a incerteza tem efeito negativo sobre os negócios, gerando custos, travando investimentos e afetando a competitividade.

Por falar em competitividade, no fim do ano passado, foi divulgado um estudo inédito, o Índice Firjan de Competitividade Global, que mostrou que o Brasil está em quadragésimo-sexto lugar em um ranking de 66 países. Como se não bastasse essa vergonhosa colocação, ainda perdemos seis posições em apenas 10 anos.

Estamos hoje abaixo de países latino-americanos como Uruguai e Chile. E, quando olhamos os países dos Brics, aparecemos na última posição, abaixo de Índia, China e África do Sul.

O índice foi elaborado a partir de quatro pilares: Ambiente de Negócios, Eficiência do Estado, Infraestrutura e Capital Humano. Infelizmente, pioramos em todos eles.

Diante da fragilidade da competitividade do Brasil e da complexidade crescente da conjuntura internacional, nos cabe indagar a Brasília o que pensa e como reage a esse quadro.

Seria injusto e até leviano atribuir ao governo e ao Congresso Nacional desinteresse e descompromisso com o Brasil, com o desenvolvimento econômico e, em particular, com a manutenção do parque industrial amplo e diversificado que ainda temos.

Por outro lado, é evidente o descolamento dos tempos e movimentos de Brasília em relação à conjuntura em que vivemos. É como se o mundo girasse em 78 rotações por minuto, mas o governo e o Congresso reagissem em slow motion.

A título de exemplo, nos primeiros dias do atual governo, estive em Brasília para a entrega da Agenda de Propostas Firjan para um Brasil 4.0. O documento destacava, entre vários pontos, a necessidade de uma ação imediata para destravar diversos acordos de comércio que estavam pendentes de formalização final.

Hoje, por meio do Mercosul, temos 10 acordos comerciais em vigor, quatro deles com países da América do Sul. Mas outros 11 estão pendentes, inclusive com importantes mercados, como União Europeia, Canadá, Japão, Emirados Árabes Unidos, Coreia do Sul e Singapura. Também está nesta lista a EFTA, European Free Trade Association (Associação Europeia de Livre Comércio), que reúne Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça, este último no ranking dos 20 maiores importadores do planeta.

Atualmente, a tramitação dos acordos comerciais assinados pelos poderes Executivo e Legislativo do Brasil demora, em média, 1.590 dias. Ou seja, mais de quatro anos. Enquanto isso, nossa balança comercial de produtos industrializados segue deficitária. Em 2024 o saldo negativo foi de US$ 95 bilhões.

Como o Brasil é um dos poucos países de expressivo mercado interno, sempre está no alvo dos excedentes de produção de todos os grandes produtores industriais. Portanto, a queda de braço das grandes disputas comerciais — como a dos Estados Unidos de Donald Trump contra China, União Europeia, Canadá e México, por exemplo — resultará automaticamente no despejo, no mercado brasileiro, dos excedentes não comercializados no mercado norte-americano.

E esses produtos, muitas vezes, chegarão aqui a um preço menor que o custo das matérias-primas.

Logo, precisamos ser mais ágeis na realização e na aprovação interna de acordos de comércio. E tendo, como fazem todas as principais economias de todos os continentes, a indústria nacional na centralidade desses acordos.

A verdade é que o mundo não vai esperar pelo Brasil. E nossa paralisia terá custos políticos: a sociedade vai cobrar a conta dessa inércia mais cedo ou mais tarde.

Só nos resta dizer: acorda, Brasília!

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

A ira pouco santa do Irã

Não restam dúvidas de que o objetivo final no conflito entre Israel e Irã é, agora, a derrubada do regime dos aiatolás por meio da prisão ou da morte do chamado líder supremo, Ali Khamenei, refugiado num bunker subterrâneo. O que se tem ouvido de fontes próximas desse líder xiita é que ele parece ter acordado para uma realidade derradeira e brutal, buscada por ele mesmo ao longo dos anos.

O que é quase certo nesta altura do conflito é que o programa nuclear iraniano está com as horas contadas. Tão logo Israel tome o controle do país, não ficará pedra sobre pedra das pretensões iranianas de obter uma bomba nuclear.

No que diz respeito ao programa nuclear iraniano e à liderança de Ali Khamenei, ainda há muito o que dizer. Nos últimos anos, a retórica e as ações por parte do Irã, após a revolução de 1979, têm se intensificado, com Israel adotando uma postura defensiva e de cautela estratégica, ante as seguidas ameaças e ações protagonizadas pelo Irã e pelos seus satélites, representados pelos grupos terroristas que cercam o país.

O foco na figura de Khamenei como alvo de ações diretas destaca a profundidade da crise e a disposição de Israel em agir decisivamente a partir desse conflito. Mesmo assim, existem questões sobre as possíveis consequências de tal ação, tanto em termos de instabilidade regional quanto de possíveis reações internacionais. A derrubada de um regime consolidado como o dos aiatolás poderia criar um vácuo de poder, levando a um aumento da violência e da radicalização entre grupos adversários.

De outro lado, é sabido que a população, em sua grande maioria, deseja se ver livre do regime islâmico e opressor dos iatolás. Além disso, o tempo parece ser um fator crucial. O avanço do programa nuclear iraniano, que já é uma preocupação global, pode levar a uma pressão ainda maior para que Israel atue antes que o Irã consiga atingir marcos críticos em seu desenvolvimento nuclear.

No entanto, a possibilidade de uma intervenção militar também pode ser vista como uma faca de dois gumes, com a potencialidade de resultar em um conflito prolongado e de consequências imprevisíveis. O que é fato é que, tão logo o governo iraniano obtenha a tão desejada bomba nuclear, o primeiro artefato desse tipo vai ser lançado contra Israel.

A dinâmica do conflito é complexa, envolvendo não apenas os interesses de Israel e Irã, mas também as reações de outras potências, como os Estados Unidos e países europeus, que historicamente têm mediado ou influenciado a situação na região. O que se observa é um cenário de incerteza, onde as decisões tomadas podem ter repercussões significativas para a paz e a segurança no Oriente Médio e além.

Portanto, ainda que todas as análises venham sugerir um caminho claro e direto para a resolução do conflito, a realidade geopolítica é muito mais intrincada, e a busca por soluções pacíficas e diplomáticas continua sendo uma necessidade cada vez mais distante nesse caso.

Os aiatolás provocaram o quanto puderam a poderosa máquina de guerra de Israel. Uma vez movimentada com toda a sua capacidade e enormidade, dificilmente essa máquina poderá ser interrompida de imediato. O que ninguém ignora é que as tensões entre Israel e Irã podem ter impactos significativos na economia da região do Oriente Médio de várias maneiras. A começar pela insegurança e pela instabilidade. Conflitos armados ou mesmo a ameaça de um ataque militar criam um ambiente de incerteza, levando a uma redução nos investimentos estrangeiros e no turismo. Por outro lado, a instabilidade pode desencorajar empresas de operar na região, afetando o crescimento econômico.

Também é bom lembrar que o Oriente Médio é um dos principais centros de produção de petróleo e gás do mundo. Aumentos nas tensões podem levar a flutuações nos preços do petróleo, impactando economias que dependem fortemente das exportações de energia. Conflitos podem resultar em interrupções na produção ou transporte de petróleo, o que teria um efeito cascata na economia global. Outro aspecto diz respeito ao deslocamento de refugiados.

O que é certo é que essa guerra, como as demais, começa de um jeito e acaba de uma forma totalmente diferente de seus objetivos originais. De toda a forma, é bom saber que Israel está no domínio de mais esses radicais.

A frase que foi pronunciada:

"A guerra não determina quem está certo — apenas quem sobra."

Bertrand Russell

Antigo CEUB

» Nos anos de 1980, era o professor de economia Rosiu Ovidio Petre Octavian quem não deixava os universitários se rebelarem. Contava de onde veio, como era e o que ele e a família sofreram. Falando nos olhos dos alunos que observavam as lágrimas se formando, ninguém quis se aventurar ao desconhecido.

História de Brasília

O Ministério da Viação não pensa em transferência para Brasília, e um recenseamento poderá atestar isso: há, aqui, 10 motoristas, 14 contínuos e serventes e 23 funcionários burocráticos, inclusive o gabinete.
(Publicada em 5/51962)